PROJETO DE LEI Nº 5.940/2009 (Do Poder Executivo)

Cria o Fundo Social, e dá outras providências.

EMENDA №
O § 2° do art. 12 do Projeto de Lei n° 5.940, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 12
§ 2º Os membros do CDFS não perceberão qualquer tipo de remuneração, retribuição, percentagem, participação, gratificação ou outras vantagens econômico-financeiras pelo desempenho de suas funções."
JUSTIFICAÇÃO
A presente Emenda promove ajuste no § 2º do art. 12 do PL nº 5.940, de 2009, com o objetivo de garantir a efetividade da norma nele exarada, ou seja, garantir que será a título gratuito o desempenho de funções no âmbito do Conselho Deliberativo do Fundo Social - CDFS. Aparentemente, dizer que "não cabe qualquer tipo de remuneração" é suficiente para garantir que o desempenho de funções no âmbito do Comitê seja a título gratuito. Entretanto, remuneração tem natureza jurídica própria, que não abrange outras formas de retribuição pelo desempenho de funções no Conselho. Diante do exposto e para realmente garantir a gratuidade do desempenho de funções no âmbito do Conselho, propomos a nova redação que acrescenta, além da vedação do pagamento de remuneração, também a vedação do pagamento de retribuição , percentagem , participação , gratificação ou outras vantagens econômico-financeiras pelo desempenho de suas funções .
Com essa nova redação, acreditamos garantir a efetividade da norma exarada no § 2º do
art. 12 do PL nº 5.940, de 2009.
Sala das Sessões, em//2009.
Deputado Ronaldo Caiado

DEM/GO